A ESSÊNCIA FILOSÓFICA DO DIREITO FUNDAMENTAL À VERDADE: VERDADE COMO DESVELAMENTO

THE PHILOSOPHICAL ESSENCE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO THE TRUTH:
TRUTH AS UNVEILING

Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos

RESUMO

No atual cenário político-jurídico brasileiro, aumentaram-se as discussões em torno do direito à verdade, principalmente com a promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública e com a criação da Comissão Nacional da Verdade. Entretanto, ainda são formulados diversos questionamentos acerca da sua fundamentalidade e conceituação. Assim, o presente artigo objetiva identificar a essência filosófica do direito à verdade, a partir do pensamento de Martin Heidegger e da concepção apresentada pelo filósofo de verdade como desvelamento. Para tanto, serão abordados os contornos etimológicos e semânticos da verdade, as contribuições de outros filósofos nesse tocante, bem como os principais aspectos da fenomenologia heideggeriana. Por fim, examinada a questão da verdade em Martin Heidegger, será compreendido o direito à verdade como o direito ao desvelamento e formulada uma proposta de conceituação.

PALAVRAS-CHAVE: Essência filosófica; Direito à verdade; Verdade; Desvelamento; Martin Heidegger.

ABSTRACT

In the current political-juridical Brazilian scenery, increased the discussions about the right to truth, especially with the enactment of Law on Access to Public Information and the creation of the National Commission of Truth. However, several questions are still formulated about its fundamentality and conceptualization. Thus, this essay aims to identify the philosophical essence of the right to truth, from the thought of Martin Heidegger and the conception presented by philosopher of truth as unveiling. To this end, will be discussed the etymological and semantic contours of truth, the contributions of other philosophers in this respect, as well as key aspects of Heidegger's phenomenology. Finally, examined the question of truth in Martin Heidegger, will be understood the right to truth as the right to unveiling and will be formulated a conceptualization proposal.

KEYWORDS: Philosophical essence; Right to Truth; Truth; Unveiling; Martin Heidegger.

1. INTRODUÇÃO

A justiça de transição corresponde ao momento de passagem de um regime ditatorial a um regime democrático, marcado pela reparação dos abusos cometidos contra os direitos humanos, bem como pelo restabelecimento do Estado de Direito. Dentre os pilares ou dimensões da justiça de transição encontra-se o direito à verdade.

Entretanto, ainda é comumente formulado o seguinte questionamento: o que é o direito à verdade?

Conceituar o direito à verdade é uma das tarefas mais difíceis e complexas, por diversas razões. Em primeiro lugar, porque o direito à verdade é um direito fundamental implícito, que, por sua vez, torna-se mais evidente nos períodos de transição política. Como o direito à verdade não está enunciado, expressamente, no texto constitucional, faz-se necessário um maior esforço hermenêutico, por parte do intérprete do direito e, até mesmo, do cidadão, para que a sua essência, significância e fundamentalidade sejam apreendidas.

Com a cláusula de abertura material dos direitos e garantias fundamentais, consagrada no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal de 1988 e ancorada na noção de fundamentalidade material e no princípio da dignidade da pessoa humana, foi possível o reconhecimento, no ordenamento jurídico pátrio, de direitos fundamentais não positivados, como os direitos implícitos decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, dentre os quais se encontra o direito à verdade. Contudo, em que pese o seu reconhecimento como um direito fundamental implícito, a dificuldade de conceituação ainda subsiste.

Em segundo lugar, o vocábulo verdade é um termo muito amplo, que comporta as mais variadas acepções. A verdade pode ser entendida, compreendida e estudada nos mais diversos campos do conhecimento humano, seja na religião, na filosofia, na política e nas artes. Assim, quando se examina o direito à verdade, levantam-se, logo em seguida, as seguintes indagações: por que direito à verdade? O que é verdade?

Em terceiro lugar, os doutrinadores e estudiosos sobre o tema, geralmente, partem do pressuposto de que o intérprete ou leitor conhece o direito à verdade, não oferecendo uma proposta de conceituação. Ademais, as poucas propostas existentes divergem em muitos pontos, tornando a dificuldade de conceituar o direito à verdade ainda maior.

Neste sentido, considerando a crescente relevância que o direito à verdade vem adquirindo na justiça de transição brasileira, em especial com a promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública e com a criação da Comissão Nacional da Verdade, figura-se necessário apreender a sua essência filosófica, para que após seja apresentada uma proposta de conceituação. Para tanto, o presente estudo será iluminado pelo pensamento de Martin Heidegger, em especial no tocante as suas valiosas contribuições acerca da essência da verdade.

2. VERDADE: CONTORNOS ETIMOLÓGICOS E SEMÂNTICOS

O vocábulo verdade tem suas raízes etimológicas extraídas do grego, latim e hebraico. Em grego, verdade corresponde à *aletheia*, que significa não-oculto, não-escondido, não-dissimulado, opondo-se, dessa forma, ao falso, escondido ou encoberto. Em latim, verdade equivale à *veritas*, referindo-se à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato, no qual se diz com detalhes e pormenores o que de fato aconteceu. Seu oposto é a mentira e a falsificação. Em hebraico, verdade correlaciona-se com *emunah*, que significa confiança. Assim, para o hebraico, verdade é uma crença fundada na confiança e esperança.¹ Com bem sistematiza Marilena Chauí, *aletheia* se refere ao que as coisas são; *veritas* se refere aos fatos que foram; *emunah* se refere às ações e coisas que serão.²

Para a consecução do presente estudo, adotar-se-á à concepção de verdade derivada do grego *aletheia*, através da qual conhecer é ver a verdade que está na própria realidade, verdade esta que depende da plena manifestação dos fatos e acontecimentos – em especial os relativos às graves violações de direitos humanos – que, por sua vez, só será possível com a efetivação do acesso à informação e com a disponibilização dos bens culturais, como os arquivos do período ditatorial brasileiro.

Com relação às acepções semânticas da verdade, insta abordar: a) as possibilidades de conhecimento; b) as espécies de verdade; e c) os critérios de verdade. Referida abordagem será iluminada pela teoria do conhecimento, que, por sua vez, consiste na teoria da interpretação e explicação filosófica do conhecimento humano.

Inicialmente convém pontuar que o conhecimento é uma relação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. No conhecimento, como bem preleciona Johannes Hessen, defronta-se consciência e objeto, sujeito e objeto, numa relação que é tanto dualista, quanto recíproca, ao passo em que sujeito e objeto permanecem separados e, ao mesmo tempo, correlacionados, pois o sujeito só é sujeito para um objeto e o objeto só é objeto para um sujeito.³

Um dos problemas centrais da teoria do conhecimento ou gnosiologia é a verdade, que, por sua vez, é a correspondência, a concordância, a conformidade ou a adequação do

¹ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 99.

² *Ibid.*, p. 99.

³ HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 20.

pensamento com o ser, do sujeito com o objeto.⁴ Johannes Hessen preleciona que a essência do conhecimento está estreitamente ligada ao conceito de verdade, haja vista que somente o conhecimento verdadeiro é o conhecimento efetivo.⁵ Para tanto, faz-se necessário que o conteúdo do conhecimento em análise concorde com o objeto intencionado.

É nesse contexto de busca pela verdade que emergem as possibilidades de conhecimento. Primeiramente convém destacar o dogmatismo, que consiste na posição epistemológica para a qual o problema do conhecimento não chega a ser levantado. Para essa corrente, o contato entre sujeito e objeto não pode parecer questionável.⁶

Por outro lado, para o ceticismo, o conhecimento como apreensão efetiva do objeto seria impossível, ou seja, o ceticismo não enxerga o objeto, razão pela qual não deve haver qualquer formulação de juízos.⁷ Dentre os argumentos utilizados pelos céticos, releva salientar: a) diferenças entre seres vivos no que diz respeito ao prazer e à dor; b) natureza e idiosincrasias do homem; c) diferença dos poros que transmitem sensações; d) diversidade das disposições individuais; e) diferenças entre educação, leis, crenças e concepções; f) particularidades de ponto de vista, como distância, posições e lugares; g) continuidade ou raridade de fenômenos.⁸

Enquanto o ceticismo ensina que não há verdade, o subjetivismo e o relativismo admitem-na, mas de forma limitada, sob o argumento de que não há verdade alguma universalmente válida. No subjetivismo, a validade da verdade está restrita ao sujeito que conhece e que julga. Já para o relativismo toda verdade é relativa e tem validade restrita, principalmente por influência externa.⁹

O pragmatismo, por sua vez, abandona o conceito de verdade como concordância entre pensamento e ser, adotando a concepção de que verdadeiro significa o mesmo que útil, valioso e promotor da vida.¹⁰ Opera-se, assim, um deslocamento valorativo do conceito de verdade, tendo em vista que, para o pragmatismo, a verdade do conhecimento consiste na concordância do pensamento com os objetivos práticos do homem.¹¹

⁴ BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994, p. 132.

⁵ HESSEN, op. cit., p. 22-23.

⁶ Ibid., p. 29.

⁷ Ibid., p. 31.

⁸ NICOLA, Ubaldo. *Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna*. São Paulo: Globo, 2005, p. 103-105.

⁹ HESSEN, op. cit., p. 36-37.

¹⁰ HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 40.

¹¹ Ibid.

Por fim, cumpre evidenciar o criticismo, para o qual o conhecimento é possível e a verdade existe. Porém, diferentemente do dogmatismo – que aceita de forma inconsciente toda afirmação, o criticismo põe à prova toda afirmação da razão humana e nada aceita inconscientemente.¹²

Quanto às espécies de verdade, cumpre inicialmente observar, conforme lição de Jacob Bazarian, que a dificuldade em compreender e solucionar o problema da verdade vem do fato de que o conceito de verdade tem várias acepções, dentre as quais se destaca: a) a verdade material, objetiva ou real; b) a verdade formal ou lógica; e c) a verdade axiomática ou convencional.¹³

A verdade material ou objetiva consiste na conformidade do conteúdo do conhecimento com seu objeto real, sendo que a proposição será verdadeira se for demonstrada ou verificada sua correspondência com os fatos reais. A verdade formal, por seu turno, versa sobre a coerência do pensamento consigo mesmo. Já a verdade axiomática ou convencional decorre da convenção de certos axiomas ou postulados por determinação dos cientistas.¹⁴

Semelhante às convenções científicas, surgem as convenções sociais, que são normas sociais estabelecidas pelos homens para a convivência humana. Essas verdades, denominadas de verdades axiológicas, tem caráter subjetivo e relativo, tendo em vista que variam conforme o tempo e local.¹⁵

Dentre as verdades axiológicas, pode-se destacar: a) a verdade axiológica propriamente dita – que são valores éticos, jurídicos, estéticos, etc., estabelecidos pelos homens dentro de determinado contexto social; b) a verdade moral; c) a verdade pragmática – aquilo que é útil, vantajoso e que serve para os interesses particulares de uma pessoa ou grupo social; d) a verdade político-estatal – também chamada de ideologia; e) a verdade dogmática ou religiosa – que é a verdade estabelecida pelos criadores de determinada religião.¹⁶

Nesse contexto, à luz da teoria do conhecimento, surgem duas categorias diferentes de fatos e verdade: as verdades e leis naturais; e as verdades axiológicas e leis jurídicas, éticas e religiosas, que são verdades convencionais, relativas e subjetivas.

Arelada às espécies de verdade, surgem os critérios da verdade, que, como bem sistematiza Jacob Bazarian, podem ser identificados como: a) o critério da autoridade; b) o

¹² HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 43.

¹³ BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994, p. 135-136.

¹⁴ *Ibid.*, p. 136.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ *Ibid.*, p. 137-138.

critério da evidência; c) o critério da ausência de contradição; d) o critério da utilidade; e e) o critério da prova.

O critério da autoridade consiste em resolver qualquer questão em discussão através do argumento enunciado por uma autoridade, como mestres, personalidades ilustres, fundadores de doutrinas filosóficas e religiosas. Acontece que nas ciências e na filosofia científica o princípio da autoridade não serve como critério da verdade, diferentemente, contudo, da religião, que é baseada em dogmas pronunciados pelas autoridades religiosas.¹⁷

Nesse cerne, o critério da autoridade é bastante criticado, tendo em vista que a ciência está em permanente desenvolvimento e a verdade dogmatizada só tende a prejudicar o seu progresso.¹⁸ Em semelhante sentido, Karl Popper sublinha que os principais obstáculos ao progresso na ciência são de natureza social, e que podem ser divididos em dois grupos: obstáculos econômicos e obstáculos ideológicos. Dentre os mais amplamente reconhecidos obstáculos ideológicos, Popper identifica a intolerância ideológica ou religiosa, usualmente combinada com dogmatismo e falta de imaginação.¹⁹

O critério da evidência, por sua vez, afirma que o único e último critério da verdade é a evidência, ou seja, o que se vê direta e imediatamente. Entretanto, em pese a eficiência desse critério, cabe ponderar que a evidência pode ser verdadeira ou falsa, real e aparente, como, v. g., as ilusões de sentido.²⁰ A evidência como critério da verdade, na filosofia moderna, teve como mentor Descartes, que na obra *Discurso do método* preleciona que “quer estejamos despertos, quer dormindo, jamais devemos nos deixar convencer exceto pela evidência de nossa razão”.²¹

O terceiro critério é o critério da ausência de contradição, segundo o qual não pode haver incongruência entre juízos e enunciados, ou seja, a verdade reside na concordância ou coerência do pensamento consigo mesmo²², pressupondo, portanto, a falta de antagonismo interno das proposições.²³ Acontece que esse critério somente é válido para a lógica formal, que lida com a verdade formal.

¹⁷ BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994, p. 142-143.

¹⁸ *Ibid.*, p. 143.

¹⁹ POPPER, Karl Raymund. *Lógica das ciências sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 71.

²⁰ BAZARIAN, op. cit., p. 144.

²¹ DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução Erico Corvisieri. Disponível em: <http://www.metodologiaufba.xpg.com.br/index_arquivos/Page697.htm> Acesso em: 19 maio 2013.

²² BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994, p. 145.

²³ HÄBERLE, Peter. *Os problemas da verdade no Estado constitucional*. Tradução de Urbano Carvelli. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008, p. 140.

O critério da utilidade, propagado pelo pragmatismo, defende que o único critério da verdade de um juízo é sua utilidade prática. Todavia, palavras como “eficaz”, “sucesso”, “útil” e “vantajoso”, empregadas pelo critério da utilidade, possuíam sentido muito amplo, vago e subjetivo, razão pela o pragmatismo decaiu.²⁴

Finalmente, insta explicitar o critério da prova, através do qual o critério supremo, real e objetivo da verdade é a prova, considerados por muitos estudiosos, a exemplo de Jacob Bazarian e Johannes Hessen, como o critério mais eficiente e cientificamente válido.²⁵

Nessa senda, apresentadas as acepções semânticas de verdade, com fundamento na teoria do conhecimento, observa-se que, para a consecução do presente trabalho, não serão utilizadas as respectivas espécies e critérios de verdade, tendo em vista que a verdade, no contexto da teoria do conhecimento, é entendida como correspondência - *veritas*. O presente estudo, por outro lado, parte da etimologia de verdade enquanto *alethéia* e da concepção de verdade como desvelamento, com fulcro na fenomenologia heideggeriana.²⁶ Não se pode deixar de evidência, contudo, que o esclarecimento dos contornos semânticos da verdade reveste-se de fundamental importância para a compreensão da sua essência filosófica.

3. AS CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS DE EDMUND HUSSERL, MAURICE MERLAU-PONTY E KARL POPPER NA APREENSÃO DA VERDADE

A verdade é estudada nos mais diversos campos da ciência, principalmente na filosofia, na religião, na política e na arte. O direito à verdade, por sua vez, é um direito fundamental implícito, decorrente do regime e dos princípios constitucionais, que se torna mais evidente nos períodos de redemocratização. Quando se busca analisar o direito à verdade na perspectiva das graves violações aos direitos humanos praticadas no regime ditatorial, vislumbra-se compreender a acepção política de verdade.

No entanto, para identificar a dimensão política do direito à verdade, faz-se necessário apreender a sua essência filosófica, que, por seu turno, tem suas raízes extraídas precipuamente do pensamento heideggeriano. Convém, todavia, antes de examinar o pensamento de Martin Heidegger, discorrer, em breves linhas, acerca das contribuições

²⁴ BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994, p. 147.

²⁵ *Ibid.*, p. 151.

²⁶ Martin Heidegger, inclusive, na obra *Ser tempo*, evidencia que a investigação da verdade não tem como base a teoria do conhecimento, pois “verdade” significa o mesmo que “coisa”, “o que se mostra em si mesmo”. (HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bagança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 283.)

filosóficas de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Karl Popper para a compreensão da essência da verdade.

A obra *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*, de Edmund Husserl, apresenta especial importância no que diz respeito à construção conceitual do direito à verdade. Isso porque, segundo Husserl, aquilo que se vislumbra numa obscuridade fugidia, em maior ou menor distância intuitiva, deve, pois, ser trazido à proximidade normal, a perfeita clareza, a fim de que as essências e relações de essências buscadas ganhem a condição de dado pleno.²⁷

Ademais, enquanto ainda permanecer um resto de obscuridade, a consciência torna-se não-intuitiva, obscura, diferente da consciência doadora ou consciência intuitiva e clara. Como bem pontuado pelo filósofo, o limite mínimo é a obscuridade, ao passo em que o limite máximo é a clareza, a intuitividade, o dado, em sua plenitude.²⁸

Nesse sentido, o pensamento de Edmund Husserl além de se relacionar com a concepção de abertura ou clareira de Martin Heidegger, objeto de posterior estudo, apresenta estrita relação com a dimensão política do direito à verdade na justiça de transição, haja vista que com a obscuridade gerada pelo ocultamento dos fatos, da memória e da história, torna inviável o pleno acesso à informação e, por via de consequência, a efetivação do direito à verdade.

Por fim, cabe ponderar que a fenomenologia de Edmund Husserl baseia-se em *eidós* ou essências, que, por sua vez, só podem ser alcançadas pela descrição dos “vivos transcendentais puros em orientação fenomenológica”.²⁹ Essa descrição da realidade e apreensão da essência só será possível com a clareza de informação. Esse é o caminho para se chegar ao direito à verdade, tendo em vista que não se busca alcançar, como esse direito, uma verdade absoluta, mas sim o conhecimento dos fatos, que, por seu turno, só será possível através do acesso à informação. Com isso, cada indivíduo poderá desenvolver a sua percepção acerca da história e da memória coletiva, consoante ensinamentos de Maurice Merleau-Ponty, sem perder de vista, contudo, o cenário factual vivenciado. Assim, somente com a clareza das informações será possível conhecer as graves violações de direitos humanas perpetradas no período de exceção.

A obra *Fenomenologia da Percepção*, de Maurice Merleau-Ponty, reveste-se de grande relevância para a compreensão da essência filosófica do direito à verdade.

²⁷ HUSSERL, Edmund. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006, p. 148.

²⁸ *Ibid.*, p. 149.

²⁹ *Ibid.*, p. 161.

A fenomenologia, inicialmente teorizada por Edmund Husserl, corresponde à ideia de que o pensamento nunca existe sem estar direcionado para o objeto: é a ideia de intencionalidade.³⁰ O método fenomenológico, como bem observa Cyntia Lopes e Fabiano Pimentel, é um método voltado a lançar luzes na penumbra e trazer à tona o que se encontra submerso no registro do silêncio.³¹

Nessa linha de intelecção, como bem pontua Maurice Merleau-Ponty, a fenomenologia é o estudo das essências. Acontece, todavia, que não obstante Merleau-Ponty conserve o pensamento fenomenológico de Edmund Husserl, existe uma diferença: Husserl trata a fenomenologia como ciência descritiva das essências das vivências, ao passo em que Merleau-Ponty situa as essências na existência. Em outras palavras, para Ponty, a fenomenologia não utiliza como ponto de partida a consciência, mas sim o corpo.³²

Nesse cerne, Merleau-Ponty tece importantes considerações acerca da percepção. Para o autor, a percepção torna-se uma "interpretação" dos signos que a sensibilidade fornece conforme os estímulos corporais, uma "hipótese" que o espírito forma para "explicar-se suas impressões."³³ Ou seja, a percepção é o modo pelo qual a consciência, por intermédio do corpo, interpreta as coisas que estão à volta do indivíduo.³⁴ Sendo assim, para Merleau-Ponty, a mente e o corpo não são entes separados.

Ademais, Maurice Merleau-Ponty, ao desenvolver os estudos da percepção, questiona as percepções verdadeiras e as percepções falsas. Segundo o autor, o fenômeno da percepção verdadeira oferece uma significação inerente aos signos, e da qual o juízo – ou tomada de valor – é apenas a expressão facultativa.³⁵ Já a percepção falsa consiste na transformação do fenômeno, que, por sua vez, motiva o juízo falso. O filósofo francês exemplifica a percepção falsa na ilusão de Zöllner, tendo em vista que na referida imagem as linhas auxiliares geraram a falsa percepção, ou ilusão, de que as linhas principais deixaram de ser paralelas, ou seja, que elas perderam aquele sentido para adquirir outro.

É nesse contexto que o autor discute a verdade. Para Maurice Merleau-Ponty, “considerar concedido que nós temos uma idéia verdadeira é crer na percepção sem crítica”.³⁶ O conceito de verdade é encarado, assim, como algo dinâmico, sempre pronto a

³⁰ LOPES, Cynthia de Araújo Lima; PIMENTEL, Fabiano. A metodologia da pesquisa no direito e Maurice Merleau-Ponty. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 103.

³¹ *Ibid.*, p. 107/108.

³² *Ibid.*, p. 102.

³³ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 61.

³⁴ LOPES, op. cit., p. 102.

³⁵ MERLEAU-PONTY, op. cit., p. 64/65.

³⁶ *Ibid.*, p. 61.

metamorfosar-se, cuja essência não é passível de ser apreendida de modo absoluto e definitivo, nem é algo estático, pétreo ou consolidado. Devem ser abolidas as verdades fechadas. O conhecimento é sempre inacabado, não existe absoluto. Sua perspectiva tem uma postura política que desautoriza qualquer tipo de totalitarismo.³⁷ Dessa forma, para o filósofo, não existe verdade absoluta, nem todas as percepções devem ser recebidas sem críticas.

Nesse contexto, a obra de Karl Popper, *Lógica das Ciências Sociais*, é de relevância ímpar para a consecução do presente estudo. Primeiramente, porque Popper parte do pressuposto de que todas as teorias científicas são falseáveis ou refutáveis, de modo que não existe, portanto, uma verdade absoluta ou definitiva nas teorias científicas. Como bem preleciona Karl Popper “o que criticamos é, precisamente, a pretensão de que uma teoria é verdadeira. O que tentamos demonstrar como crítica de uma teoria é, claramente, que essa pretensão é infundada, que ela é falsa”.³⁸ Sendo assim, para o filósofo o que faz uma teoria ser científica não é o fato de ser provada, mas sim testada e demonstrada como potencialmente falsa.³⁹

Em segundo lugar, o filósofo austríaco pontua que a busca da verdade, por sua vez, só será possível com a clareza da linguagem, uma vez que não se pode distinguir verdade da falsidade, nem avaliar criticamente as idéias, sem que sejam todas apresentadas com clareza suficiente.⁴⁰

Nessa senda, com base nas contribuições filosóficas de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Karl Popper podem ser apontadas as seguintes conclusões: a) seja pela percepção – Merleau-Ponty, seja pela falseabilidade - Popper, ambos os filósofos rejeitam uma concepção absoluta de verdade; b) a clareza permeia os ensinamentos dos pensadores, refletindo na plenitude dos dados em oposição à obscuridade, para Edmund Husserl, e na clareza da linguagem em contraposição ao culto da não-inteligibilidade, para Karl Popper; c) a fenomenologia, enquanto método voltado em ver o fenômeno, naquilo que se mostra em si mesmo, uma vez liberado de seus encobrimentos, seja como ciência da consciência – fenomenologia husserliana, seja como ciência da percepção – fenomenologia de Merleau-Ponty, seja como ciência do ser - fenomenologia heideggeriana, é o método utilizado para alcançar a essência filosófica do direito à verdade.

³⁷ LOPES, Cynthia de Araújo Lima; PIMENTEL, Fabiano. A metodologia da pesquisa no direito e Maurice Merleau-Ponty. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 105.

³⁸ POPPER, Karl Raymund. *Lógica das ciências sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 27.

³⁹ VÁRIOS COLABORADORES. *O Livro da filosofia*. Tradução Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Globo, 2011, p. 265.

⁴⁰ POPPER, op. cit., p. 42.

4. A ESSÊNCIA DA VERDADE NA FILOSOFIA DE MARTIN HEIDEGGER

Martin Heidegger foi um dos filósofos mais influentes do século XX. Nascido em 26 de setembro de 1889, em Messkirch, Alemanha, Martin Heidegger foi professor da Universidade de Freiburg e seu reitor de 1933 a 1934. Heidegger foi assistente de Edmund Husserl na referida Universidade, sucedendo-o na cadeira de professor titular em 1928, além de ter se filiado ao partido Nacional-Socialista em 1933.⁴¹ Desde 1924, Martin Heidegger manteve um relacionamento amoroso com a aluna e filósofa Hannah Arendt, que durou mais de cinquenta anos. Em 1927, foi publicada a sua principal obra: *Ser e tempo*, na qual expõe sua teoria fenomenológica acerca da ontologia do ser.⁴²

Interessado principalmente no estudo do sentido do ser, Martin Heidegger escreveu obras como *O que é Metafísica?* (1929), *Da essência do fundamento* (1929), *Kant e o problema da metafísica* (1929), *A essência da verdade* (1943), *Identidade e diferença* (1957).

Destarte, tecidas considerações biográficas sobre Martin Heidegger, convém abordar, em breves linhas, os principais aspectos do seu pensamento filosófico, para, após, discutir a essência da verdade à luz dos seus ensinamentos.

4.1 PRINCIPAIS ASPECTOS DO PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO HEIDEGGERIANO

Martin Heidegger, influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl, desenvolveu a fenomenologia da ontologia do ser, segundo a qual aquilo que se mostra é o ser do ente focalizado, cuja intencionalidade direciona-se para o ser compreendido, e não mais para a consciência.⁴³

O termo fenômeno tem suas raízes etimológicas extraídas do grego *φαινόμενον* (*phainomenon*), que significa “o que se revela”, “o que se mostra em si mesmo”.⁴⁴ Sendo assim, ao conceituar preliminarmente a fenomenologia, Heidegger assevera que esta corresponde ao deixar ver por si mesmo aquilo que se mostra tal como se mostra a partir de si

⁴¹ Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, Martin Heidegger foi afastado do ensino em consequência do inquérito que respondeu pelas relações mantidas com o Partido Nazista, em 1933, quando foi reitor. (NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed., 2004, p. 8.

⁴² TEIXEIRA, Nirlana; ANJOS, Pedro Germano dos. A metodologia da pesquisa no direito e Martin Heidegger. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p.289.

⁴³ NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed., 2004, p. 11.

⁴⁴ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 67.

mesmo.⁴⁵ Ademais, complementa aduzindo que a ontologia só é possível como fenomenologia, pois o fenômeno pressupõe o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido e modificações, de modo que o ser dos entes nunca pode ser uma coisa “atrás” da qual esteja outra coisa “que não se manifesta”.⁴⁶

Nessa linha de intelecção, enquanto a fenomenologia de Husserl baseia-se na ciência da consciência, Heidegger desenvolve uma fenomenologia calcada na ciência do ser dos entes, na qual o fenômeno é somente o que constitui o ser e ser é sempre ser de um ente. Além disso, a fenomenologia ontológica de Heidegger parte da hermenêutica da presença, tendo em vista que se desvendando o sentido de ser e as estruturas fundamentais da presença em geral, abre-se o horizonte para qualquer investigação da existência.⁴⁷

Nessa esteira, apresentado o seu método fenomenológico, convém explicitar os conceitos-chave na obra de Heidegger.

Na obra *Ser e Tempo*, o filósofo busca reabrir a questão do que é ser, explorando como o ser enfrenta a sua própria existência e como o mundo aparece para ele.⁴⁸ Heidegger, por sua vez, assinala que o conceito de “ser” é indefinível e, de fato, “ser” não pode ser concebido como ente.⁴⁹ Segundo a ontologia medieval, “ser” é um *transcendens*, uma transcendência, pois a universalidade do ser transcende toda universalidade genérica. Para Heidegger, o ser é a coisa em si mesma, caracterizada pela ambivalência do velamento e desvelamento e pela existência no horizonte de tempo.⁵⁰

O ente, como bem discorre Heidegger, “somos nós mesmos”.⁵¹ E, partindo-se de uma interpretação ontológica do ente, a problemática do seu ser deve ser desenvolvida a partir da existencialidade de sua existência.⁵² Em outras palavras, para Heidegger, o ente é o ser que existe.

Nesse contexto, surge a expressão *Dasein*, que consiste no ente que compreende o ser em sua existência. Ou seja, o *Dasein* é um ente que põe em jogo o seu próprio ser.⁵³ Assim, o *Dasein* é o ser-no-mundo ou o ser-aí, que, por sua vez, é a constituição fundamental

⁴⁵ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 74.

⁴⁶ Ibid., p. 75.

⁴⁷ Ibid., p. 77.

⁴⁸ LAW, Stephen. *Guia ilustrado Zahar: filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 329.

⁴⁹ HEIDEGGER, op. cit., p. 39.

⁵⁰ TEIXEIRA, Nirlana; ANJOS, Pedro Germano dos. A metodologia da pesquisa no direito e Martin Heidegger. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p.291.

⁵¹ HEIDEGGER, op. cit., p. 85.

⁵² Ibid., p. 87.

⁵³ NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 12.

da presença⁵⁴ ou, em outras palavras, o ente que compreende o ser no mundo, no tempo e no espaço.

Dessa forma, Martin Heidegger inaugurou uma nova vertente do pensamento filosófico, qual seja, a fenomenologia ontológica do ser, segundo a qual o fenômeno – que pressupõe o que se mostra – é o ser dos entes. O “ser”, por seu turno, é a transcendência, a coisa em si mesma, que difere do “ente”, tendo em vista que este é o ser que existe. Nesse diapasão, emerge o *Dasein*, “ser-aí” ou “ser-no-mundo”, que é o ente que compreende o ser em sua existência, no horizonte do tempo, do mundo e do espaço.

Com efeito, Heidegger preleciona que os homens são entes essencialmente temporais, sendo o tempo a dimensão fundamental da existência humana, cujo limite extremo é a morte.

Nesse âmbito, Heidegger identifica a existência autêntica e não autêntica. Na vida não autêntica, o ente preocupa-se apenas com os projetos para os quais está envolvido, ao passo em que na vida autêntica, ciente da morte como limite final das possibilidades, o ente alcança a compreensão mais profunda do que significa existir. Sendo assim, todo ser é um ser rumo à morte, mas apenas os humanos reconhecem isso. As vidas são temporais e somente depois de compreender isso será possível viver uma vida significativa e autêntica.⁵⁵

Além disso, a vida autêntica seria a possibilidade conferida ao homem de transcender a cotidianidade, que somente ocorreria através da angústia do homem diante do nada.⁵⁶ Para o filósofo, o nada nada tem a ver com qualquer tipo de niilismo ou pessimismo. Ele se apresenta, na preleção, como o véu do ser. Isto só compreende quem se desprende da atitude do objetivismo e se eleva para a dimensão transcendental. Nesse sentido, a angústia também deve ser compreendida na dimensão transcendental, isto é, ela não representa um estado psicológico ou sentimento, mas, em verdade, um acontecer no ser-aí – na dimensão transcendental – em que se realiza a experiência do ser com o nada.⁵⁷

Destarte, apresentados alguns conceitos-chave do pensamento heideggeriano, como ser, ente, ser-no-mundo, tempo, morte, vida autêntica e não autêntica e angústia, cumpre analisar a verdade à luz da filosofia de Martin Heidegger.

⁵⁴ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 106.

⁵⁵ VÁRIOS COLABORADORES. *O Livro da filosofia*. Tradução Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Globo, 2011, p. 255.

⁵⁶ TEIXEIRA, Nirlana; ANJOS, Pedro Germano dos. A metodologia da pesquisa no direito e Martin Heidegger. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p.292.

⁵⁷ HEIDEGGER, Martin. *Que é metafísica?* Disponível em: <http://search.4shared.com/postDownload/B96DHbsp/heidegger_-_o_que__metafsica.html>. Acesso em: 21 jul. 2013.

4.2 A QUESTÃO DA VERDADE EM MARTIN HEIDEGGER

Martin Heidegger na obra *A essência da verdade* busca compreender e identificar a essência da verdade, ou seja, ele não se preocupa com a verdade da experiência prática da vida, nem com a verdade da criação artística, da meditação filosófica e da fé religiosa, mas sim com o que caracteriza toda a “verdade” enquanto tal.⁵⁸

Nesse contexto, Martin Heidegger inicia a sua obra com o capítulo o *conceito corrente de verdade*. Nesse capítulo Heidegger lança, *ab initio*, o seguinte questionamento: o que, pois, se entende ordinariamente por “verdade”? E responde que esta palavra tão sublime e, ao mesmo tempo, tão gasta e embotada designa o que constitui o verdadeiro enquanto verdadeiro. Mas o que é ser verdadeiro? “Verdadeiro é o real. Assim, falamos do ouro verdadeiro distinguindo-o do falso”. Contudo, o ouro falso também é real. Então Heidegger complementa aduzindo que o ouro real é o ouro autêntico, que, por sua vez, é aquele ouro “cuja realidade consiste na concordância com aquilo que “propriamente”, prévia e constantemente entendemos como ouro”. Ou seja, o verdadeiro é aquilo que está de acordo.⁵⁹

Acontece que não se designa apenas verdadeiro um ente ou uma coisa, mas, antes de tudo, as enunciações sobre os entes ou coisas. Assim, para Heidegger, uma enunciação é verdadeira quando aquilo que ela designa e exprime está conforme a coisa sobre a qual se pronuncia. Infere-se, portanto, que o verdadeiro é a concordância da coisa com o que dela previamente se presume e, de outro lado, a conformidade entre o que é significado pela enunciação e a coisa.⁶⁰ Essa é a definição tradicional da essência da verdade.

Em outras palavras, Heidegger apresenta, inicialmente, duas concepções de verdade: verdade da coisa e verdade da enunciação. A verdade da coisa é concordância da “coisa” com o conceito previamente estabelecido, ou seja, concordância de uma coisa com o que dela previamente se presume. Já a verdade da enunciação ocorre quando aquilo que a enunciação designa e exprime está em conformidade com a coisa sobre a qual se pronuncia, isto é, é a concordância entre o significado pela enunciação e a coisa.

Martin Heidegger, ainda no capítulo em exame, leciona sobre o duplo caráter da concordância, a saber: *veritas est adaequatio rei et intellectus* – verdade como adequação da coisa com o conhecimento; e *veritas est adaequatio intellectus ad rem* – verdade como

⁵⁸ HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/w7D8qQjB/Heidegger_-_sobre_a_essncia_da.html>. Acesso em: 19 jul. 2013.

⁵⁹ Ibid., p. 331.

⁶⁰ Ibid.

adequação do conhecimento com a coisa.⁶¹ Para o pensador, as duas acepções da concordância compreendem a verdade como conformidade, ou seja, verdade como *veritas*. Ademais, o filósofo admite a existência da não-verdade como a não conformidade da coisa com a proposição, bem como o desacordo de um ente com a sua essência. Complementa asseverando que a não-verdade não integra a essência da verdade.⁶²

Por outro lado, a concepção latina de verdade como *veritas* decorre da fé cristã e da ideia teológica, segundo a qual as coisas, em sua essência e existência, correspondem a uma ideia previamente concebida pelo espírito de Deus. Nessa senda, para Heidegger, *veritas* significa concordância dos entes entre si, que, por sua vez, se fundam na concordância das criaturas com o criador.⁶³

Entretanto, Martin Heidegger afirma que a caracterização da verdade como *veritas*, como “concordância” e “adequação” de um conhecimento com o seu objeto é por demais vazia e universal.⁶⁴ Isso porque o que se deve verificar não é uma concordância entre o conhecimento e o objeto – ou entre a enunciação e a coisa – mas unicamente o ser e o desvelamento do ente, ou seja, o ente na modalidade de sua descoberta.⁶⁵ Dessa forma, o enunciado será verdadeiro se o ente se mostrar em si mesmo, isto é, se o enunciado “deixar ver” o ente em seu ser e estar descoberto, tendo em vista que ser-verdadeiro é ser-descobridor.⁶⁶

A relação entre a enunciação e a coisa apenas será verdadeira se originada pela abertura do comportamento. Além disso, Martin Heidegger sublinha que somente através da abertura do comportamento é que a conformidade da proposição realiza a essência da verdade.⁶⁷

O filósofo, portanto, entende que a essência da verdade não é alcançada pela concordância, correspondência ou adequação do conhecimento com a coisa ou da coisa com o conhecimento – *veritas*, como tradicionalmente é definida a verdade. Para Heidegger a *veritas* somente será entendida como essência da verdade na abertura do comportamento.

⁶¹ HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/w7D8qQjB/Heidegger_-_sobre_a_essncia_da.html>. Acesso em: 19 jul. 2013.

⁶² *Ibid.*, p. 332

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 285.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 288.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 289.

⁶⁷ HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/w7D8qQjB/Heidegger_-_sobre_a_essncia_da.html>. Acesso em: 19 jul. 2013.

Questiona-se, dessa forma, o que é a abertura do comportamento? Qual é, portanto, a essência da verdade para Heidegger?

A abertura, para Heidegger, é o modo fundamental da presença. Com ela e por ela é que se dá a descoberta e se torna possível alcançar o fenômeno mais originário da verdade.⁶⁸ Essa abertura, por sua vez, que mantém o comportamento e possibilita a conformidade, se funda na liberdade.⁶⁹

A liberdade é a exposição do ente – o deixar-ser do ente, também denominada por Heidegger como ek-sistente. Em contrapartida, a essência da liberdade é a exposição ao caráter desvelado do ente como tal.⁷⁰ Assim, para Martin Heidegger, a liberdade, assim compreendida como deixar-ser do ente, realiza e efetua a essência da verdade, sob a forma de desveleamento do ente.⁷¹

Nessa linha de intelecção, o filósofo assinala que o deixar-ser do ente significa entregar-se ao aberto e à sua abertura, na qual todo ente entra e permanece. Este aberto foi concebido pelos gregos como ἀλήθεια (*alétheia*): o desvelado.⁷² Nesse sentido, Martin Heidegger sublinha que:

Se traduzirmos a palavra *alétheia* por “desvelamento”, em lugar de “verdade”, esta tradução não é somente mais “literal”, mas ela compreende a indicação de repensar mais originalmente a noção corrente de verdade como conformidade da enunciação, no sentido, ainda incompreendido, do caráter de ser desvelado e do desvelamento do ente.⁷³

Sendo assim, para Heidegger, a palavra *alethéia* não deve ser traduzida como verdade, mas sim como “desvelamento”. Complementa aduzindo que “na língua grega não se fala da ação de ver, de *videre*, mas daquilo que produz luz e brilha. Só pode, porém, brilhar se a abertura já é garantida”.⁷⁴ É o que Heidegger denomina de clareira.

Desse modo, consoante pensamento de Martin Heidegger, a verdade não é a conformidade de uma proposição com a coisa, mas sim o desvelamento do ente, que se realiza por intermédio da abertura, também por ele denominada de clareira.

⁶⁸ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011, p. 291.

⁶⁹ HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/w7D8qQjB/Heidegger_-_sobre_a_essncia_da.html>. Acesso em 19 de jul. 2013.

⁷⁰ Ibid., p. 336.

⁷¹ Ibid., p. 337.

⁷² Ibid., p. 336.

⁷³ HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 133.

⁷⁴ HEIDEGGER, Martin. *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/mAVQOofH/Heidegger_-_O_fim_da_filosofia.html>. Acesso em 21 jul. 2013.

Segundo Martin Heidegger, a “Filosofia fala da luz da razão, mas não atenta para a clareira do ser”. O raio de luz, por outro lado, não produz a clareira ou a abertura, apenas a percorre, de modo que não há luz alguma, nem claridade, sem clareira.⁷⁵

O aparecer acontece necessariamente em certa claridade, que, por outro lado, somente acontecerá na clareira do aberto. É a abertura, portanto, por Heidegger denominada de clareira (*die Lichtung*), que garante o mostrar-se. Heidegger distingue, assim, a clareira, enquanto livre e aberto, da claridade, enquanto luminoso e claro. Contudo, não se pode deixar e evidenciar que a “luz pode, efetivamente, incidir na clareira, em sua dimensão aberta [...]. Nunca, porém, a luz primeiro cria a clareira: aquela, a luz, pressupõe esta, a clareira”.⁷⁶

Assim, para Heidegger “a verdade mesma, assim como ser e pensar, somente pode ser o que é no elemento da clareira”.⁷⁷ A verdade como evidência ou como correspondência (*veritas*), move-se no âmbito da clareira. A *alethéia*, enquanto desvelamento, somente pode ser pensada na clareira da presença.⁷⁸

A abertura do comportamento do ente (sujeito ou objeto), denominada por Heidegger de clareira, se funda na liberdade – isto é, na exposição ou deixar-ser do ente; e possibilita o seu desvelamento, permitindo, assim, o alcance da essência da verdade. Para Heidegger, portanto, verdade é desvelamento.

Nesse sentido, Martin Heidegger compreende a essência da verdade não como a correspondência entre a coisa e a enunciação, mais sim como o desvelamento do ente – o deixar e fazer ver o ente em seu desencobrimento, retirando-o do encobrimento; que, por sua vez, só será possível com a abertura do comportamento e, portanto, com a liberdade.

5. O DIREITO À VERDADE COMO O DIREITO AO DESVELAMENTO

A justiça de transição corresponde ao momento de passagem de um regime ditatorial a um regime democrático, marcado pela reparação dos abusos cometidos contra os direitos humanos, bem como pelo restabelecimento do Estado de Direito.

No processo transicional, podem ser identificados alguns aspectos, a saber: a natureza e duração do regime autocrático; as formas de transição política; a duração do processo de transição; e, por fim, os pilares da justiça de transição. No tocante aos pilares da justiça de transição, emergem quatro dimensões: a) verdade e memória; b) justiça; c)

⁷⁵ Ibid., p. 273.

⁷⁶ Ibid., p. 275.

⁷⁷ Ibid., p. 278.

⁷⁸ Ibid.

reparação; e d) reforma das instituições.⁷⁹ É nesse contexto que surge o chamado direito à verdade.

O direito à verdade é um direito fundamental implícito que decorre diretamente do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal, tendo em vista a cláusula de abertura material dos direitos e garantias fundamentais, consagrada no art. 5º, § 2º. O direito à verdade torna-se mais evidente no período de transição política, haja vista que é dever estatal revelar às vítimas e à sociedade as informações sobre os fatos e circunstâncias relativas às violações de direitos humanos.⁸⁰ Dessa forma, quando se analisa o direito à verdade na perspectiva da justiça de transição e das graves violações aos direitos humanos, examina-se a sua dimensão política.

Entretanto, conforme abordado, para identificar a acepção política do direito à verdade, faz-se necessário apreender a sua essência filosófica, que, por sua vez, é iluminada pela concepção de verdade trazida por Martin Heidegger: verdade como desvelamento.

Para Heidegger a verdade somente pode ser o que é no elemento da clareira, pois somente com a abertura será possível o desvelamento ou desencobrimento do ente. Conforme examinado no tópico anterior, Martin Heidegger compreende verdade como desvelamento. Isso porque, em contraposição ao conceito tradicional de verdade como *veritas*, ou seja, como correspondência entre a enunciação e a coisa, conceito este também adotado pela tória do conhecimento, Martin Heidegger estuda a verdade à luz da etimologia grega ἀλήθεια (*alethéia*), que significa não-oculto, não-escondido, não-dissimulado.⁸¹

Nesse cerne, de acordo com o pensamento heideggariano, com a abertura do ente (sujeito ou objeto), fundada na liberdade, torna-se possível o seu desvelamento e, conseqüentemente, o alcance da essência da verdade. Mas por que a compreensão de verdade como desvelamento pode ser utilizada para a apreensão da essência filosófica do direito à verdade?

Inicialmente, cumpre observar que o desvelamento do ente, segundo Martin Heidegger, é ver o ente em seu desencobrimento, ou seja, é tirar o véu do ente por meio da clareira ou abertura do seu comportamento.

⁷⁹ SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. O reconhecimento do direito à verdade e à memória como um direito fundamental implícito no ordenamento jurídico brasileiro. In: EILBAUM, Lucia; LEAL, Rogério Gesta; MEYER, Samantha Ribeiro (Org.). *Justiça de Transição: Verdade, Memória e Justiça*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, p. 70-72.

⁸⁰ SOARES; Ricardo Maurício Freire; SANTOS; Claiz Maria Pereira Gunça dos; FREITAS, Tiago Silva de. *O direito fundamental à memória e à verdade*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 39.

⁸¹ CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 99.

Com efeito, o direito à verdade pode ser compreendido como o direito ao desvelamento, na medida em que o direito à verdade é o direito de tirar o véu, na justiça de transição, do falacioso discurso oficial e esclarecer os fatos, as circunstâncias e as graves violações aos direitos humanos, que, por sua vez, só será possível com o direito à informação, com a abertura dos arquivos da ditadura militar ou, nos dizeres de Martin Heidegger, com a clareira da abertura.

Por isso o direito à verdade, na dimensão filosófica, é o direito ao desvelamento; e, na dimensão política, é o direito de receber e ter acesso às informações de interesse público, sendo que na justiça de transição, quando esse direito se torna mais evidente, o direito à verdade é o direito de receber e ter acesso às informações de interesse público relativas às graves violações perpetradas no período ditatorial. Assim, com o desvelamento do ente, ou, no contexto transicional, com o desvelamento das graves violações aos direitos humanos praticadas no regime de exceção, será possível o conhecimento circunstanciado dos fatos históricos.

Neste cerne, quando se busca entender a essência filosófica do direito à verdade, deve-se associar verdade ao desvelamento, que significa tirar o véu, descobrir, revelar. Tirar o véu das condutas relacionadas às graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime ditatorial, que, embora passados mais de vinte anos do seu término, ainda são veementemente negadas pelo discurso oficial. Por isso o direito à verdade deve ser compreendido, numa perspectiva filosófica, como um direito ao desvelamento, que só será possível com a garantia do acesso à informação.

Destarte, fincados os respectivos fundamentos filosóficos, tendo em vista, ademais, que o direito à verdade é um direito fundamental implícito e a sua imprecisão terminológica e conceitual ainda persiste na justiça de transição brasileira, propõe-se a seguinte proposta de conceituação: o direito à verdade é o direito fundamental a ser exercido por todo e qualquer cidadão ou coletividade de receber e ter acesso às informações de interesse público que estejam em poder do Estado ou de entidades privadas.

“A contemplação da verdade é mais digna e elevada que a utilidade e a grandeza de qualquer obra”.⁸² Somente com o desvelamento das graves violações aos direitos humanos praticadas na ditadura militar será possível desconstruir o falacioso discurso oficial, que insiste em encobrir e ocultar a verdade e a memória brasileira. A sociedade precisa conhecer a

⁸² BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Disponível em: <http://www.metodologiaufba.xpg.com.br/index_arquivos/Page697.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

sua história, preservar a sua memória e consolidar a sua identidade. A sociedade precisa ver efetivado o seu direito fundamental à verdade.

6. CONCLUSÕES

Em face de tudo quanto foi exposto, pode-se sintetizar que:

1. Quando se busca analisar o direito à verdade na perspectiva das graves violações aos direitos humanos praticadas no regime ditatorial, vislumbra-se compreender a acepção política de verdade. No entanto, para identificar a dimensão política do direito à verdade, faz-se necessário apreender a sua essência filosófica, que, por seu turno, tem suas raízes extraídas precipuamente do pensamento heideggeriano. Ademais, para a compreensão da essência da verdade, também podem ser evidenciadas as contribuições filosóficas de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Karl Popper.

2. Com base no pensamento de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Karl Popper podem ser apontadas as seguintes conclusões: a) seja pela percepção – Merleau-Ponty, seja pela falseabilidade – Popper, ambos os filósofos rejeitam uma concepção absoluta de verdade; b) a clareza permeia os ensinamentos dos pensadores, refletindo na plenitude dos dados em oposição à obscuridade, para Edmund Husserl, e na clareza da linguagem em contraposição ao culto da não-inteligibilidade, para Karl Popper; c) a fenomenologia, enquanto método voltado em ver o fenômeno, naquilo que se mostra em si mesmo, uma vez liberado de seus encobrimentos, seja como ciência da consciência – fenomenologia husserliana, seja como ciência da percepção – fenomenologia de Merleau-Ponty, seja como ciência do ser – fenomenologia heideggeriana, é o método utilizado para alcançar a essência filosófica do direito à verdade.

3. Martin Heidegger, um dos filósofos mais influentes do século XX, inaugurou uma nova vertente do pensamento filosófico, qual seja a fenomenologia ontológica do ser, segundo a qual o fenômeno – que pressupõe o que se mostra – é o ser dos entes. O “ser”, por seu turno, é a transcendência, a coisa em si mesma, que difere do “ente”, tendo em vista que este é o ser que existe. Nesse diapasão, emerge o *Dasein*, “ser-aí” ou “ser-no-mundo”, que é o ente que compreende o ser em sua existência, no horizonte do tempo, do mundo e do espaço.

4. Martin Heidegger, na obra *Sobre a essência da verdade*, discorre, inicialmente, sobre duas concepções de verdade: verdade da coisa e verdade da enunciação. Todavia, o filósofo entende que a essência da verdade não é alcançada pela concordância,

correspondência ou adequação do conhecimento com a coisa ou da coisa com o conhecimento – *veritas*, como tradicionalmente é definida a verdade.

5. Para Martin Heidegger, a verdade não é a conformidade de uma proposição com a coisa, mas sim o desvelamento do ente, que se realiza por intermédio da abertura, também por ele denominada de clareira. Este aberto foi concebido pelos gregos como *αλήθεια* (*alétheia*): o desvelado. Nesse sentido, Martin Heidegger compreende a essência da verdade como o desvelamento do ente – o deixar e fazer ver o ente em seu desencobrimento, retirando-o do encobrimento; que, por sua vez, só será possível com a abertura do comportamento e, portanto, com a liberdade.

6. Quando se busca entender a essência filosófica do direito à verdade, deve-se associar verdade ao desvelamento, que significa tirar o véu, descobrir, revelar. Tirar o véu das condutas relacionadas às graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime ditatorial, que, embora passados mais de vinte anos do seu término, ainda são veementemente negadas pelo discurso oficial. Por isso o direito à verdade deve ser compreendido, numa perspectiva filosófica, como um direito ao desvelamento, que só será possível com a garantia do acesso à informação.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Disponível em:

<http://www.metodologiaufba.xpg.com.br/index_arquivos/Page697.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

BAZARIAN, Jacob. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução Erico Corvisieri. Disponível em: <http://www.metodologiaufba.xpg.com.br/index_arquivos/Page697.htm>. Acesso em: 19 maio 2013.

HÄBERLE, Peter. *Os problemas da verdade no Estado constitucional*. Tradução de Urbano Carvelli. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *O fim da filosofia e a tarefa do pensamento*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/mAVQOofH/Heidegger_-_O_fim_da_filosofia.html>. Acesso em: 21 jul. 2013.

_____. *Que é metafísica?* Disponível em: <http://search.4shared.com/postDownload/B96DHbsp/heidegger_-_o_que__metafsica.html>. Acesso em: 21 jul. 2013.

_____. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 5. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.

_____. *Sobre a essência da verdade*. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/w7D8qQjB/Heidegger_-_sobre_a_essncia_da.html>. Acesso em: 19 jul. 2013.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HUSSERL, Edmund. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

LAW, Stephen. *Guia ilustrado Zahar: filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LOPES, Cynthia de Araújo Lima; PIMENTEL, Fabiano. A metodologia da pesquisa no direito e Maurice Merleau-Ponty. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NICOLA, Ubaldo. *Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna*. São Paulo: Globo, 2005.

NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

POPPER, Karl Raymund. *Lógica das ciências sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SANTOS, Claiz Maria Pereira Gunça dos. O reconhecimento do direito à verdade e à memória como um direito fundamental implícito no ordenamento jurídico brasileiro. In: EILBAUM, Lucia; LEAL, Rogério Gesta; MEYER, Samantha Ribeiro (Org.). *Justiça de Transição: Verdade, Memória e Justiça*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

SOARES; Ricardo Maurício Freire; SANTOS; Claiz Maria Pereira Gunça dos; FREITAS, Tiago Silva de. *O direito fundamental à memória e à verdade*. Curitiba: Juruá, 2013.

TEIXEIRA, Nirlana; ANJOS, Pedro Germano dos. A metodologia da pesquisa no direito e Martin Heidegger. In: PAMPLONA FILHO, Rodolfo; CERQUEIRA, Nelson. *Metodologia da pesquisa em direito e a filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2011.

VÁRIOS COLABORADORES. *O Livro da filosofia*. Tradução Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Globo, 2011.